

colecção em foco

Pais e professores um desafio à cooperação

Jorge Ávila de Lima (Org.)



Como estimular um relacionamento mais rico e intenso entre as famílias e a escola?

COLECÇÃO EM FOCO

Últimos títulos publicados

EFICÁCIA NO ESTUDO

Rafael Ibañez Benet, Benito Lopez Andrada,
José Martínez Alvarez e Francisco Bellon

EDUCAÇÃO DE ADULTOS – Educação para o Desenvolvimento

Augusto Santos Silva

A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NOS ANOS 90

Joaquim Azevedo

CRIANÇAS SOBREDOTADAS – Que Sucesso Escolar?

Ilídio de Jesus Coelho Falcão

O NOVO MODELO DE GESTÃO DAS ESCOLAS BÁSICAS E SECUNDÁRIAS

Maria Rosa Pereira Tripa

PROJECTO EDUCATIVO DE ESCOLA – Administração participada e inovadora

Abel Paiva da Rocha

AVALIAÇÃO DE ESCOLAS

Abel Paiva da Rocha

EDUCAR PARA A CIDADANIA

Ilda Figueiredo

PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Anne Marie Fontaine

POLÍTICAS EDUCATIVAS E AUTONOMIA DAS ESCOLAS

João Formosinho, Fernando Ilídio Ferreira, Joaquim Machado

O PROFESSOR COMO PESSOA – A dimensão pessoal na formação de professores

Jesus Maria Sousa

O LIVRO DAS VIRTUDES DE SEMPRE – Ética para Professores

Ramiro Marques

O TEMPO E A APRENDIZAGEM – Subsídio para uma Nova Organização do Tempo Escolar

José Manuel Sousa Pinto

A ESCOLA E A CRIANÇA EM RISCO – Intervir para prevenir

Beatriz Pereira e Adelina Paula Pinto

O CONSTRUTIVISMO NA SALA DE AULA – Novas perspectivas para a acção pedagógica

César Coll e outros

SOLIDÕES E SOLIDARIEDADES NOS QUOTIDIANOS DOS PROFESSORES

José Alberto Correia e Manuel Matos

CONFLITO E NEGOCIAÇÃO

Pedro Cunha

O FIM DE UM CICLO? – A Educação em Portugal no início do século XXI

Joaquim Azevedo

ESTÓRIAS MARAVILHOSAS DE QUEM GOSTA DE ENSINAR

Rubem Alves

POR UMA POLÍTICA DE IDEIAS EM EDUCAÇÃO

Augusto Santos Silva

PAIS E PROFESSORES – UM DESAFIO À COOPERAÇÃO

Jorge Ávila de Lima (Org.)

Pais e professores
um desafio
à cooperação

Jorge Ávila de Lima (Org.)

COLECÇÃO EM FOCO

Título

Pais e professores: um desafio à cooperação

Organização

Jorge Ávila de Lima

Direcção

José Matias Alves

© Edições ASA

Capa

Xavier Neves

Execução Gráfica

GRAFIASA

Depósito Legal n.º 172 570/01

Julho de 2002 / 1.ª Edição

ASA Editores II, S.A.

Sede

Av. da Boavista, 3265, sala 4.1
Apartado 1035 · 4101-001 Porto · Portugal
Telef.: 226166030 · Fax: 226155346
E-mail: edicoes@asa.pt · Internet: www.asa.pt

Delegação em Lisboa

Horta dos Bancelos, Lote 1
Telef.: 219533800/09/90/99
Fax: 219568051
2695-390 SANTA IRIA DE AZÓIA
PORTUGAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

- A cooperação entre pais e professores: contornos de uma questão controversa..... 7
Jorge Ávila de Lima

I PARTE: O PROBLEMA

1. A participação dos pais na governação democrática das escolas ... 25
Licínio Lima e Virgínio Sá
2. Escola-família: tensões e potencialidades de uma relação 97
Pedro Silva
3. A presença dos pais na escola: aprofundamento democrático ou perversão pedagógica?..... 133
Jorge Ávila de Lima

II PARTE: CONHECER E INTERVIR

4. Estratégias de comunicação com os pais de crianças com dificuldades de aprendizagem 177
Alberto Rodríguez Morejón
5. “Ir lá para quê?...” Concepções e práticas de relação entre famílias e Jardins-de-Infância 211
Ana Cristina Palos
6. Envolvimento parental no 1.º Ciclo: representações e práticas..... 251
Ana Matias Diogo
7. *Escola & Pais de Mãos Dadas: um projecto de intervenção educativa* 283
Ana Matias Diogo, Margarida Damião Serpa, Suzana Nunes Caldeira, Ana Isabel Moniz, Manuela Lopes

INTRODUÇÃO

A cooperação entre pais e professores: contornos de uma questão controversa

Jorge Ávila de Lima

As relações entre pais e professores sempre foram assunto polémico ao longo da história do sistema educativo português. Quer pela sua inexistência quer pelo carácter sensível que assumem, quando se concretizam, estas relações têm suscitado debates intensos e apaixonados. Nestas discussões, ora se culpam os pais por ignorarem passivamente ou culpabilizarem injustamente os professores pelos problemas dos filhos, ora se acusam os docentes de menosprezarem ou hostilizarem as perspectivas dos encarregados de educação sobre a escolaridade dos seus filhos.

Esta controversa problemática ganhou particular acuidade em Portugal desde que as políticas educativas, especialmente aquelas que incidiram explicitamente sobre a transformação dos modos de administração e gestão dos estabelecimentos de ensino, introduziram nesta equação, de modo intencional e fortemente visível, os pais e encarregados de educação, actores sociais anteriormente esquecidos no panorama legislativo.

Hoje, com a presença formal dos pais nos órgãos mais importantes de direcção e gestão das escolas, a questão das formas de relacionamento com os professores ganha novos contornos. Trata-se, muitas vezes, de um encontro entre dois mundos culturais que antes raramente se cruzavam (não querendo isto significar, todavia, que agora o façam com particular frequência ou facilidade). Colocam-se hoje em presença dois universos, raramente postos em contacto no passado, portadores de linguagens, mundividências e modos distintos de acção.

Nunca como agora os professores sentiram o seu espaço de acção no interior dos estabelecimentos de ensino tão desprotegido, em relação à

sua invasão literal por parte dos encarregados de educação. Por seu turno, nunca os pais sentiram, tão intensamente, a responsabilidade e a incerteza inerentes a um novo contexto que lhes pede e exige muito mais do que lhes dá, que lhes fornece poucas pistas ou linhas de orientação para uma acção individual ou colectiva bem sucedida.

Este livro que agora publicamos elege estas questões interessantes e actuais como o seu tema central. Nele, exploram-se os desafios, dilemas e contradições que fazem das relações entre os pais e os professores um assunto simultaneamente aliciante e complexo. Problematisa-se o modo como estas relações têm sido concebidas e concretizadas e discutem-se e propõem-se modalidades alternativas de articulação entre pais e professores, apontando para novos territórios nos quais estas relações se possam alargar, desenvolver e prosperar.

O livro encontra-se dividido em duas partes: uma, de carácter mais conceptual, onde se apresenta o problema; outra de cariz mais pragmático e empírico. A primeira parte é composta por três capítulos e nela discute-se o cenário global em que as relações entre os pais e os professores se inserem e desenvolvem.

No primeiro capítulo, Licínio Lima e Virgínio Sá abordam a questão da participação dos pais na governação democrática das escolas. Partindo de uma abordagem histórica, que perspectiva a evolução desta participação, desde o início da Idade Moderna até aos nossos dias, os autores relacionam as formas que esta participação foi assumindo, com as cambiantes verificadas na caminhada para a instituição de um complexo sistema nacional de ensino público. Discutem a ideologia do *deficit* cívico dos pais que marcou, formalmente, as relações entre as escolas e as famílias em Portugal nos últimos 100 anos. De uma concepção inicial, em que o dever da escola era tido simplesmente como o de informar os pais, à introdução da ideia de que a sua participação é um dever (que a escola terá, inclusive, de prescrever e fazer cumprir), os autores assinalam que persiste, todavia, um clima entre pais e professores caracterizado mais pela tensão e pela desconfiança mútua do que pelo consenso e pela cooperação.

Neste contexto, a presença dos pais na escola assume, até mesmo do ponto de vista estritamente formal, um estatuto de menoridade, sob o olhar paternalista e vigilante das entidades escolares. Aos pais é atribuída, simplesmente, a missão de corroborar e reforçar as orientações e as determinações definidas pela escola. Do ponto de vista dos autores, a colaboração entre pais e professores, a existir, tem um sentido único: dos pais para os professores. Em suma, trata-se de uma subordinação das famílias aos projectos educativos delineados a partir do interior dos estabelecimentos de ensino. Da análise efectuada, Licínio Lima e Virgínio Sá concluem que “um século de reformas educativas, de críticas e de apelos a uma nova atitude dos pais face à escola parece ter redundado num rotundo fracasso”.

Mesmo com a Revolução de Abril de 1974 e, apesar da conseqüente “explosão” da sociedade civil e do ímpeto participativo no interior das escolas, os pais continuam a estar, estranhamente, ausentes, quer do discurso educativo quer da acção organizacional desenvolvida no interior dos estabelecimentos de ensino. A exclusão dos pais das estruturas de governo das escolas é naturalizada, não desencadeando eles próprios quaisquer movimentações dignas de registo no sentido de conquistar uma maior visibilidade social. No que se refere a esta fase histórica, no capítulo emerge o facto significativo de que a participação dos pais na escola é uma questão mais enfatizada pelo voluntarismo do Estado em promovê-la do que pela iniciativa e pressão dos próprios encarregados de educação. Neste sentido, a aposta na participação dos pais surge como um elemento importante de uma estratégia do Estado para normalizar e controlar melhor a ordem e a disciplina internas das escolas, que lhe tinham escapado, em boa parte, com a onda avassaladora imediatamente subsequente à Revolução de Abril.

Segundo os autores, apesar de os desenvolvimentos mais recentes serem promissores, a abertura da escola aos pais, que se iniciou na década de 90, pode produzir novos conflitos e tensões, o que não deve ser interpretado como “sintoma de doença organizacional”, mas antes como “indicador de vitalidade da própria democracia”. A este respeito, alertam para a existência de sérios riscos de que a participação dos pais, que começou recentemente a ser considerada

como uma forma de manifestação da cidadania em democracia, acabe por seguir uma lógica de controlo, de dominação e de competitividade.

No segundo capítulo, Pedro Silva traça um retrato analítico dos contextos e das dimensões da participação dos pais na escola e defende que a relação entre pais e professores contém, simultaneamente, virtualidades e dificuldades. Neste capítulo, o autor esclarece o que está em jogo nestas dimensões e sublinha o carácter paradoxal das relações que se estabelecem entre pais e professores, em cada uma delas. A este respeito, Pedro Silva destaca seis grandes paradoxos. O primeiro é aquele que apresenta os pais como consumidores de educação que têm a capacidade e a oportunidade de fazerem, racionalmente, as melhores escolhas educativas no interesse dos seus filhos. Efectivamente, nos tempos que correm, assistimos a uma rápida expansão internacional da ideologia do mercado educacional, nomeadamente no que se refere, em alguns países, à possibilidade de os pais escolherem a escola que os seus filhos frequentam. Esta ideologia encerra diversos princípios questionáveis, concretamente, aquele que pressupõe que todos os pais têm o poder de escolher a melhor escola para as suas crianças. A este respeito, o autor chama a atenção para os efeitos perversos dos mercados educacionais e para as estratégias de classe subjacentes às decisões e comportamentos das diferentes famílias face à escola.

O segundo paradoxo referido por Pedro Silva reside na figura (cada vez mais popular) dos pais-gestores dos estabelecimentos de ensino, em que se introduz uma oposição entre a representação parental, enquanto comportamento individual, e a eventual dimensão colectiva que poderia assumir mas que é habilmente evitada. Nesta medida, se a introdução dos pais nos órgãos de governo das escolas poderia ser entendida como “uma tentativa do poder político para retirar poder aos docentes”, na verdade, muitas vezes, isto não acontece. De facto, os pais que têm assento nesses órgãos, por razões de ordem cultural e social, têm mais facilidade em comunicar com os professores que neles participam do que com os outros pais que representam. Por isso, para o autor, “o facto de haver órgãos de escolas com representantes de pais não significa que estes estejam efectivamente representados”.

Em terceiro lugar, Pedro Silva refere que a comunicação da escola com os pais é feita na base de um modelo implícito e idealizado de "bons pais", resultando, assim, discriminados aqueles que se situam numa posição de descontinuidade em relação ao mundo da classe média, eleito por muitos docentes como o único mundo culturalmente legítimo.

O quarto paradoxo decorre do facto de os professores terem dificuldades, por razões culturais, em lidar com os pais dos meios populares, embora aqueles que mais temam sejam, precisamente, os dos grupos sociais intermédios e elevados. Com efeito, se em relação a estes a clivagem cultural é menos pronunciada, também é verdade que os pais, ao estarem numa posição de igualdade e, por vezes, mesmo de superioridade, em relação aos docentes, representam uma espécie de ameaça para estes, pois questionam com mais facilidade e frequência a escola e as suas práticas.

O quinto paradoxo mostra que há um consenso geral relativamente à importância do envolvimento parental na escolaridade de crianças e jovens, muito embora haja pais que tenham dificuldade em estabelecer uma fronteira entre o forte envolvimento e o sobreenvolvimento. Este sobreenvolvimento dos pais, por seu turno, pode não só incomodar os professores, como também provocar efeitos nocivos nos próprios alunos.

Finalmente, o sexto paradoxo reporta-se àquilo a que Pedro Silva designa por "envolvimento invisível". Neste caso, verifica-se que os professores consideram, frequentemente, que a invisibilidade de muitos pais na escola representa um alheamento em relação à escolaridade dos filhos, quando, na realidade, esta situação resulta dos mecanismos de atribuição utilizados por grande parte dos professores (aspecto este que é abordado, em maior detalhe, no capítulo de Ana Diogo, de que falaremos adiante).

No terceiro capítulo, Jorge Ávila de Lima discute os diferentes níveis de envolvimento dos pais na escolaridade dos seus filhos. Esta discussão é desenvolvida na base de uma oposição entre as interpretações que encaram este envolvimento como um aprofundamento da participação dos cidadãos nas sociedades democráticas e aquelas que o interpretam como uma subversão das regras tradicionais de

divisão do trabalho pedagógico nas escolas. Estas últimas excluem, desta arena, a intervenção activa dos pais e dos encarregados de educação nos assuntos da própria sala de aula.

O autor alerta para os perigos do consenso criado, hoje, em torno da utilização da expressão “cooperação pais-professores”. Neste capítulo, defende que se trata de um consenso algo nebuloso e arduo, pois leva a supor que faz sentido falar-se de participação dos pais em geral, independentemente do tipo de contextos, de actores e de níveis de participação em causa.

Jorge Ávila de Lima propõe-se discutir algumas manifestações pouco exploradas desta cooperação, bem como as virtualidades e perigos que encerram. Em particular, procura problematizar os níveis em que poderá ser mais profícuo conceptualizar a intervenção dos pais na escola. Defende a legitimidade da intervenção da família no interior da sala de aula, considerando que esta será tanto mais evidente quanto mais olharmos para ela do ponto de vista de uma cidadania activa.

De acordo com o autor, a grande questão que se coloca, actualmente, na sequência de um debate sério sobre a natureza da cidadania e do seu exercício no campo educativo, não é tanto a da necessidade de se dar voz aos pais no interior do sistema educativo (questão esta que é relativamente consensual), mas antes de saber como permitir a expressão significativa desta voz no interior do sistema. No capítulo, defende que consentir que os pais sejam participantes na educação escolar dos filhos pode representar mais do que conceder-lhes, simplesmente, alguns lugares em certos órgãos-chave da escola. A cidadania activa deverá implicar a participação dos pais em novos níveis de acção, no interior dos estabelecimentos de ensino, incluindo a sala de aula. Na opinião do autor, a ênfase exclusiva na escolha parental das escolas e na presença dos pais nos órgãos administrativos das mesmas está a contribuir para ignorar e evitar que se considerem e explorem estas formas mais proveitosas e interessantes do envolvimento dos pais na educação escolar dos filhos.

Na segunda parte do livro, que tem um cariz mais aplicado e orientado para a intervenção, apresentam-se propostas de modalidades de interacção e de cooperação entre pais e professores e discutem-se e

problematizam-se os resultados de alguns estudos de investigação desenvolvidos sobre o tema, em contextos e níveis de ensino diversos, assim como um projecto de intervenção – o Projecto “Pais & Professores de Mãos Dadas”, que procura concretizar algumas das propostas conceptuais neste domínio.

No quarto capítulo, Alberto Rodríguez Morejón apresenta a problemática da interacção e comunicação entre os responsáveis escolares e os pais de alunos com dificuldades de aprendizagem. Adoptando uma perspectiva assumidamente terapêutica, o autor dissecas as vertentes da relação de comunicação entre os responsáveis educativos (no caso vertente, os terapeutas que exercem actividade profissional na escola) e os pais (que o autor designa por “clientes”), realçando as áreas problemáticas e as alternativas técnicas e estratégicas disponíveis para superar as dificuldades detectadas.

Embora escrito a pensar, especificamente, numa relação entre especialistas de saúde e pais de crianças com dificuldades particulares, o livro contém imensos ensinamentos de utilidade geral para todos os professores que desejem repensar a sua forma de comunicar com os pais, especialmente com os que têm uma linguagem e uma mundividência substancialmente diferentes das suas.

Baseado em resultados de investigação oriundos do campo da terapia familiar, o autor sugere, no capítulo, formas de trabalhar com as famílias que têm maior dificuldade em implicar-se na experiência escolar dos seus filhos, especialmente nos casos em que os responsáveis escolares consideram que tal implicação é vital para melhorar essa experiência. A estratégia básica sugerida por Morejón é deixar de encarar estas famílias como disfuncionais e passar a considerá-las como potenciais colaboradoras. Merecem particular destaque aspectos como evitar entrar em confronto com a família, manter a imparcialidade face à diversidade de perspectivas existente no seu interior, enfatizar as capacidades dos seus membros para melhorarem, devolver-lhes constantemente a responsabilidade pelos ganhos conseguidos e assegurar o seu respeito, através de um profissionalismo rigoroso.

O quinto capítulo é da autoria de Ana Cristina Palos. Nele, são apresentados resultados obtidos num estudo sociológico, desenvolvido no

contexto educativo de jardins-de-infância, no âmbito do qual foram recolhidos dados sobre as concepções, atitudes e comportamentos das famílias face a instituições deste nível de ensino.

No capítulo, começa-se por caracterizar as formas de relação dos pais com os jardins-de-infância, relacionando-as com as concepções que os encarregados de educação manifestam sobre o seu papel na interacção com a instituição escolar. Os resultados obtidos indicam que as modalidades de relação praticadas pelos pais que participaram no estudo são de carácter tradicional, no sentido em que não emergem no discurso e na prática desses pais intenções ou estratégias de acesso a níveis mais intensos ou alargados de participação nas questões escolares dos filhos, ou de influência mais forte sobre o modo de funcionamento interno das instituições onde essas crianças são colocadas.

Por outro lado, a autora analisa as próprias concepções que as educadoras e os órgãos directivos das instituições de educação pré-escolar estudadas manifestam a respeito da participação das famílias na sua dinâmica interna e os processos que desencadeiam para suscitar (ou não) essa participação. A este respeito, verifica que os jardins-de-infância “estão longe de perspectivar os pais como parceiros a quem se solicita que intervenham e participem na instituição escolar, continuando a encará-los como meros clientes ou aferidores de um sistema cujas particularidades muitos desconhecem”. Os resultados obtidos no estudo confirmam, portanto, do ponto de vista empírico, algumas das ideias destacadas e discutidas na primeira parte do livro.

Partindo de uma problematização das dificuldades de comunicação e das culpabilizações mútuas entre as escolas e as famílias, num primeiro momento, Ana Cristina Palos desenvolve, de forma privilegiada, a análise das perspectivas das famílias e das suas modalidades concretas de relação com os estabelecimentos de ensino onde colocam os seus filhos.

A autora explora a especificidade educativa dos jardins-de-infância, recusando-se a encará-los como meros “depósitos” de crianças, mas, antes, como organizações dotadas de uma autonomia e lógica de funcionamento que ultrapassam a mera concepção (por sinal, redutora)

de uma preparação para a “verdadeira” escolaridade”, o 1.º Ciclo. Ana Palos questiona, ainda, a ideia, largamente enraizada no pensamento de senso-comum, de que o jardim-de-infância estaria mais aberto ao contacto com o exterior do que os outros tipos de estabelecimentos de ensino.

Neste nível de ensino, um dos aspectos mais inexplorados da relação família-escola diz respeito às razões pelas quais as famílias optam por determinados estabelecimentos e não por outros. A autora dá a devida atenção a este aspecto, procurando diferenciar os três estabelecimentos estudados em função dos critérios enunciados pelos pais para os terem escolhido. Procura, também, verificar em que medida o funcionamento pedagógico interno destas instituições se estrutura em função das especificidades das famílias dos alunos, chegando à conclusão de que não existe, em nenhuma delas, o reconhecimento das particularidades dos meios familiares e comunitários das crianças que acolhem.

Outro resultado importante do estudo é que, apesar de o contexto político actual considerar a participação dos pais como uma autêntica “exigência”, estes “não preconizam para si um papel muito interveniente na instituição escolar”. Prova disso é o predomínio das formas de contacto mais tradicionais com que as famílias se envolvem na escolaridade, nomeadamente, a participação nas reuniões de pais, os contactos individuais com os professores e a participação nas festas escolares.

Neste capítulo são de destacar, ainda, alguns resultados interessantes, concretamente, aqueles que referem que as famílias desconhecem, normalmente, o funcionamento pedagógico dos jardins-de-infância, o que se explica, em boa parte, pela sua dificuldade de acesso ao conhecimento dos processos que se desenvolvem no interior destes estabelecimentos. Resulta também claro, para a autora, que os pais das famílias estudadas acatam de bom grado “um papel subalterno na sua relação com a instituição escolar”, sendo poucos os que procuram formas mais intensas ou aprofundadas de contacto com as educadoras.

Destaca-se também a ideia da autora de que “a compreensão da relação da família com a escola passa (...) pela apreensão dos mecanismos

que esta constrói para permitir essa relação". A este respeito, os resultados do estudo empírico de Ana Cristina Palos apontam, sem ambiguidades, para modalidades de interação entre educadoras e pais cujos contornos são normalmente definidos por aquelas e que remetem os pais, usualmente, para as funções de meros consultores (quando necessário) da instituição escolar, dispondo esta da prerrogativa de tomar a iniciativa do contacto, de definir a sua natureza e de estipular o tempo e o espaço onde decorre.

A isto, a autora chama uma "centração da instituição sobre si própria", revelando uma "tendência controladora" no relacionamento com as famílias, concluindo que "estamos longe de perspectivar os pais como parceiros a quem se solicita que intervenham e participem na instituição de educação escolar; esta continua a encará-los como meros clientes ou aferidores de um sistema, cujas particularidades muitos desconhecem".

No sexto capítulo, Ana Matias Diogo apresenta e discute resultados de outro estudo empírico, desta vez conduzido com famílias cujos filhos frequentam o 1.º Ciclo do Ensino Básico. A autora nota que, embora a problemática da relação entre a escola e as famílias se tenha vindo a impor no campo das Ciências da Educação (nomeadamente, na Sociologia da Educação, bem como no domínio das políticas e da intervenção socioeducativa), continuam a escassear os trabalhos de natureza empírica sobre a realidade do nosso país. É na tentativa de ajudar a superar esta lacuna que propõe a discussão dos resultados empíricos que obteve, a partir de entrevistas conduzidas com pais de diversos níveis socioculturais, com filhos em diversos estabelecimentos de ensino de Ponta Delgada, na Região Autónoma dos Açores.

Neste estudo qualitativo com dez famílias de meios socioculturais diversos, a investigadora procura identificar tipos e grupos distintos de expectativas e de envolvimento parentais na escolaridade. No campo das expectativas, detecta dois tipos principais: o primeiro, "intolerante ao insucesso", encarando a continuidade dos estudos da criança como única opção admissível; o segundo, mais "tolerante" àquele abandono, embora, também, valorizador do prolongamento dos estudos.

Como demonstra Ana Diogo, estes tipos de expectativas estão associados a modos diferentes de envolvimento parental na escolaridade dos filhos. Isto verifica-se no investimento que os pais fazem, no sentido de procurarem concretizar as suas expectativas pessoais acerca do prosseguimento de estudos dos filhos (por exemplo, através de um intenso trabalho de motivação para a escolaridade, desenvolvido junto das crianças, quer por estimulação indirecta e precoce quer através de iniciativas de carácter mais assertivo), no modo e intensidade do seu envolvimento nas aprendizagens escolares dos filhos em casa e na forma como se relacionam com os estabelecimentos de ensino.

No respeitante aos modos de relacionamento com o estabelecimento de ensino, Ana Diogo identifica, em geral, aquilo que designa por “envolvimento minimalista”. Conclui que predominam, nas famílias estudadas, as idas à escola por solicitação do professor que ocorrem, normalmente, nos períodos de entrega das avaliações. As reuniões de pais, por seu turno, são pouco frequentes. A participação em actividades escolares, designadamente, na tomada de decisões em órgãos formais, é escassa. Em suma, na expressão da autora, “o espaço escolar é encarado como um território que não pertence aos pais”. Estes resultados coincidem e reforçam as conclusões retiradas por Cristina Palos, no seu estudo sobre os jardins-de-infância.

Quanto ao envolvimento dos pais nas aprendizagens dos filhos, em casa, Ana Diogo identifica três tipos: um envolvimento directo, outro “de retaguarda” e aquilo a que designa por “intenção de envolvimento”. São três modalidades de envolvimento que assumem intensidades diferentes e que se estendem ao território escolar em graus também diversos. O envolvimento directo predomina entre os pais em cujos horizontes não é admitida a possibilidade de abandono escolar dos filhos. Tirando proveito das virtualidades de uma análise qualitativa que contribui para um conhecimento mais rico das realidades educativas, a autora caracteriza, com detalhe, o tipo de acompanhamento feito por estes pais. O envolvimento “de retaguarda” é menos directo e regular, com um certo “desprendimento” dos pais, relativamente à necessidade de realizarem uma supervisão diária do trabalho escolar dos filhos e uma aposta preferencial

na estimulação precoce e indirecta das capacidades de aprendizagem das crianças. Quanto à “intenção de envolvimento”, esta predomina entre as famílias de baixo capital escolar, “tolerantes” ao abandono escolar, que revelam dificuldade em apoiarem directamente as aprendizagens dos filhos, embora considerem que tal apoio é importante.

A este propósito, merece reflexão a demonstração, feita pela autora, das dificuldades destas últimas famílias em fazerem o acompanhamento e a verificação das aquisições dos filhos, remetendo-se, por isso, às tarefas que consideram mais exequíveis, normalmente de carácter mais redutor e mecânico, como sejam a recitação de lições e a supervisão, algo inconsistente, do cumprimento dos trabalhos de casa.

De um ponto de vista sociológico (senão político), um dos aspectos mais importantes postos em evidência por Ana Diogo é o da associação existente entre as representações e os modos de envolvimento destas famílias na escolaridade e as suas condições sociais de existência. Assim, verifica-se que as famílias mais resistentes à ideia do abandono escolar, como possibilidade admissível, são da classe média ou alta e têm núcleos familiares de reduzida dimensão. As que encaram o prosseguimento dos estudos como um desejo (ou mesmo um sonho), mas que admitem a possibilidade de este não se concretizar, enquadram-se nas chamadas “classes populares”, têm um núcleo familiar mais numeroso e todas as mães declaram ser domésticas. No primeiro caso, os filhos têm, em regra, uma trajectória escolar de sucesso; no segundo, o percurso escolar é caracterizado pelo insucesso (dificuldades na aprendizagem, falta de motivação para as tarefas escolares, reprovações e abandono escolar precoce).

A fechar a sua discussão, a autora sublinha que, não obstante os resultados obtidos, a ideia de demissão parental em relação à escolaridade das crianças é “um mito”, uma vez que, independentemente da classe social, as famílias demonstram uma forte consciência dos efeitos negativos da desvalorização dos diplomas e manifestam aspirações claras (frequentemente inflacionadas, face às suas possibilidades objectivas) de prolongamento da escolaridade dos filhos. O problema coloca-se, portanto, a outro nível, a saber: o da aprendizagem e

aplicação de modalidades eficazes de comunicação e de envolvimento com a escola, campo no qual os pais com baixo capital escolar estão em óbvia situação de desfavorecimento. É, em boa parte, sobre o modo como superar estas dificuldades que incide o capítulo seguinte.

“Escola & Pais de Mãos Dadas – Um Projecto de Intervenção Educativa”, sétimo e último capítulo do livro, da autoria de Ana Matias Diogo, Margarida Damião Serpa, Suzana Nunes Caldeira, Ana Isabel Moniz e Manuela Lopes, tem um interesse particular, no conjunto da obra, não só porque relata um projecto de intervenção em que se procuram pôr em prática algumas das propostas académicas esboçadas, mas também porque foi, em última análise, o principal catalisador de todo o processo que deu origem a dois acontecimentos: o primeiro, que se prende com a realização do Encontro “Pais & Professores, um Desafio à Cooperação” (na Universidade dos Açores, Ponta Delgada, em Dezembro de 1998); o segundo, que se relaciona com a concepção do próprio livro, sendo os seus primeiros quatro capítulos, versões adaptadas das quatro conferências proferidas naquela ocasião.

Neste capítulo, começa-se por discutir o contexto global em que têm sido introduzidas muitas das medidas de incentivo à participação dos pais na escola, anotando-se as dificuldades e a consequente ineficácia dos modelos de reforma educativa emanados do topo para a base, normalmente inconsequentes do ponto de vista de uma mudança efectiva das práticas dos actores envolvidos. As autoras acentuam a necessidade de uma aposta em estratégias de mudança apoiadas e dinamizadas pelos actores locais e ligadas aos seus contextos concretos de vida. Situam-se, por isso, numa perspectiva de investigação-acção que procura aliar o potencial académico e crítico de uma instituição universitária (a Universidade dos Açores) à sensibilidade pragmática e ao conhecimento profundo da realidade educativa local, detidos pelos professores de uma escola situada nas suas imediações.

No sentido de preparar e fundamentar o Projecto, na sua fase preparatória, as autoras realizaram um estudo exploratório que envolveu 124 professores dos três ciclos do Ensino Básico. Neste estudo,

solicitou-se aos professores que se pronunciassem sobre os factores que, no seu entender, influenciam o comportamento dos alunos. Para além disso, pediu-se-lhes que identificassem as estratégias que utilizam, normalmente, para lidar com estes alunos, na sala de aula. Os dados obtidos mostram, claramente, que na perspectiva dos professores, o indivíduo (neste caso, o aluno) e o seu contexto familiar são os principais factores favorecedores de comportamentos insatisfatórios na escola, colocando a sua própria actuação enquanto professores, bem como a instituição escolar, em último lugar.

No capítulo, as autoras também notam que, embora os professores reconheçam os ganhos educativos que estão associados, normalmente, a um acompanhamento dos pais na escolaridade dos seus filhos, ainda sentem dificuldade, ao nível das práticas, em promover estratégias que facilitem e tornem eficaz a cooperação com as famílias. Portanto, os dados apontam para a “necessidade de se explorarem formas diferentes de cooperação” e vêm “estimular o desenvolvimento do projecto”, como referem as autoras.

É interessante notar as duas vertentes de intervenção privilegiadas pela equipa responsável pelo Projecto: a formação e as práticas no terreno. A intenção da aposta na formação é possibilitar a criação de um espaço informado de reflexão que permita desencadear ou facilitar práticas profissionais mais “fundamentadas e intencionais”. Sendo discutível se algumas das modalidades de formação seleccionadas têm de facto, pelo seu próprio figurino académico tradicional, estas virtualidades ou se permanecem tanto à distância da prática como as próprias concepções que criticam, não deixa de ser válida a aposta na criação de um território tendencialmente integrador dos saberes académicos mais relevantes e questionador das práticas vigentes. Esta potencialidade é significativa, especialmente nas sessões de análise e crítica das acções no terreno, organizadas no âmbito do Projecto, estas, sim, fortemente orientadas para uma reflexão consequente.

No tocante às práticas no terreno, sublinhe-se a opção por focar estratégias de intervenção incidindo sobre processos particulares, designadamente, a facilitação da comunicação dos directores de turma com os encarregados de educação e o incentivo ao envolvimento dos

pais nas actividades de aprendizagem das crianças, em casa. Em todas as iniciativas tomadas a este nível, é visível a preocupação das responsáveis pelo Projecto em "criar um espaço de comunicação entre encarregados de educação e professores da escola", embora se sinta, também, algum desencanto em relação a parte dos resultados obtidos. A perspectiva crítica e auto-avaliativa do Projecto constitui, contudo, garantia da continuidade do seu dinamismo na intervenção encetada e do alargamento das suas áreas de incidência, do leque de actores envolvidos e da eficácia das acções a desencadear. O seu potencial de progressão é, aliás, notório, como fica bem evidenciado pelas acções planificadas e pelos domínios seleccionados para aprofundamento futuro, por parte da equipa responsável.

No seu conjunto, os capítulos do livro põem em relevo, simultaneamente, o cenário com que nos defrontamos, as contradições e potencialidades que encerra e as alternativas de acção que nos apresenta, quando procuramos aproximar escolas e famílias. Nele, procura-se desenvolver uma discussão ampla e aprofundada destes aspectos, desde os pressupostos teóricos mais genéricos (mas, nem por isso, menos importantes) aos modos de acção mais pragmáticos. Espera-se que com a sua leitura se abram novos espaços de debate e reflexão e se estimulem novas iniciativas, orientadas no sentido de responder ao desafio principal que a obra coloca: o aprofundamento da cooperação entre pais e professores, para bem dos alunos que frequentam as nossas escolas e aí passam uma parte importante das suas vidas.

7

Escola & Pais de Mãos Dadas: um projecto de intervenção educativa

*Ana Matias Diogo, Margarida Damião Serpa, Suzana Nunes
Caldeira, Ana Isabel Moniz, Manuela Lopes*

RESUMO: O projecto de intervenção educativa *Escola & Pais de Mãos Dadas* é dinamizado por uma equipa de investigadores do Departamento de Ciências da Educação da Universidade dos Açores, Ponta Delgada, em colaboração com docentes de uma escola, situada nas proximidades da Universidade. As responsáveis pelo projecto apostam em estratégias de investigação-acção, procurando suscitar e apoiar mudanças, dinamizadas pelos actores locais e ligadas aos seus contextos concretos de vida. Neste capítulo, as autoras descrevem as várias fases do projecto e discutem algumas das suas dificuldades e potencialidades de desenvolvimento.

As reformas educativas têm-se caracterizado por impor conjuntos de medidas administrativas, de “cima para baixo” e do “centro para a periferia”, com efeitos reconhecidamente superficiais sobre as práticas. Em alternativa a este modelo vertical e centralizado têm-se defendido e implementado estratégias de mudança assentes no envolvimento dos actores locais. Neste segundo modelo, a transformação da realidade educativa implica modificar as práticas e as representações em que as primeiras se alicerçam e considerar perspectivas de diferentes intervenientes com interesses e poderes desiguais. Parte-se do pressuposto de que a mudança real e continuada só se pode fazer se os actores não virem os seus desejos anulados, se possuírem verdadeiro poder de decisão e se se instituir uma cultura de colaboração nas escolas (Hargreaves, 1998; Benavente, 1991; Benavente, Costa & Grácio, 1989).

É na linha deste segundo modelo, numa perspectiva de investigação-acção, que se situa o projecto de intervenção educativa *Escola & Pais de Mãos Dadas*. Visa promover o sucesso escolar, através da transformação das práticas de colaboração entre pais e professores. Encontra-se em desenvolvimento a partir de uma parceria entre a Universidade dos Açores e uma escola básica 2/3, em Ponta Delgada.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, N. (1993). *A reforma da administração escolar*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- ANASTASI, A. (1988). *Psychological testings* (6th ed.). New York: MacMillan.
- BENAVENTE, A. (1990). *Escola, professoras e processos de mudança*. Lisboa: Livros Horizonte.
- BENAVENTE, A. (1991). "Dos obstáculos ao sucesso ao universo simbólico das professoras. Mudança e resistência à mudança". In S. Stoer (Ed.), *Educação, ciências sociais e realidade portuguesa. Uma abordagem pluridisciplinar* (pp. 171-186). Porto: Afrontamento.
- BENAVENTE, A., COSTA, A. F. & GRÁCIO, S. (1989). "A reforma do ensino: um processo social". *Sociologia, problemas e práticas*, 6, 157-167.
- BENAVENTE, A., COSTA, A. F., MACHADO, F. L. & NEVES, M. C. (1991). *Do outro lado da escola*. Lisboa: Editorial Teorema.
- BOYER, R. & DELCLAUX, M. (1995). *Des familles face au collège*. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique.
- DAVIES, D. (1989). *As escolas e as famílias em Portugal. Realidades e perspectivas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, *Diário da República*, I Série, n.º 102.
- DIOGO, A. M. (1998). *Famílias e escolaridade. Representações parentais da escolarização, classe social e dinâmica familiar*. Lisboa: Edições Colibri.
- DIOGO, J. (1998). *Parceria escola-família. A caminho de uma educação participada*. Porto: Porto Editora.
- DUBET, F. (1997). "École, famille: le malentendu". In F. Dubet (Ed.), *École, familles. Le malentendu* (pp. 11-41). Paris: Textuel.
- DURU-BELLAT, M. & ZANTEN, A. H. (1997). *Sociologie de l'école*. Paris: Armand Colin.
- EPSTEIN, J. (1992). "School and family partnerships". In M. Alkin (Ed.), *Encyclopedia of educational research* (pp. 1139-1151). New York: MacMillan.
- EPSTEIN, J., COATES, L., SALINAS, K. C., SANDERS, M. G. & SIMON, B. S. (1997). *School, family and community partnerships. Your handbook for action*. Thousand Oaks: Corwin Press.
- ESTRELA, M. T. (1993). "Relação escola-família". In M. T. Estrela & M. A. Villas-Boas, (Eds.), *Escola e família. Caderno de apoio ao professor* (pp. 1-7). Lisboa: PLUX – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.

- FREIRE, I. (1990). *Disciplina e indisciplina na escola – perspectivas de alunos e professores de uma escola secundária*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (Tese de Mestrado).
- HARGREAVES, A. (1998). *Os professores em tempos de mudança. O trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna*. Lisboa: McGraw-Hill.
- LAREAU, A. (1987). "Social class differences in family-school relationships: the importance of cultural capital". *Sociology of Education*, 60, 73-85.
- MARQUES, R. (1991). *A escola e os pais. Como colaborar?* Lisboa: Texto Editora.
- MARQUES, R. (1997). *Professores, família e projecto educativo*. Porto: Edições ASA.
- MONTANDON, C. & FAVRE, B. (1988). "Les relations entre les familles et l'école dans l'enseignement primaire genevois". In Ph. Perrenoud & C. Montandon (Eds.), *Qui maîtrise l'école* (pp. 91-107). Lausanne: Réalités Sociales.
- MONTANDON, C. (1987). "L'essor des relations famille-école: Problèmes et perspectives". In C. Montandon & Ph. Perrenoud, *Entre parents et enseignants: Un dialogue impossible?* (pp. 23-47). Berne: Peter Lang.
- MONTANDON, C. (1994). "L'articulation entre les familles et l'école. Sens commun et regard sociologique". In G. Vincent (Ed.), *L'éducation prisonnière de la forme scolaire? Scolarisation et socialisation dans les sociétés industrielles* (pp. 159-171). Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- REGO, I. E. & CALDEIRA, S. N. (1998). "Perspectivas de professores sobre a indisciplina na sala de aula – um estudo exploratório". *Revista Portuguesa de Educação*, 2, 83-107.
- REGO, I. E. (1999). *Teachers' educational beliefs*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores (Dissertação de Doutoramento).
- SERPA, M. S. D. (1995). *CrITÉrios de avaliação de professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores (Trabalho de Síntese apresentado em Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica).
- SILVA, P. (1994). "A relação escola-família em Portugal: 1974-1994, duas décadas, um balanço". *Inovação*, 7, 307-355.
- SILVA, P. (1999). "Escola-família: o 25 de Abril e os paradoxos de uma relação". *Educação, Sociedade & Culturas*, 11, 83-108.
- SINGLY, F. (1993). *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Nathan.
- SINGLY, F. (1997). "La mobilisation familiale pour le capital scolaire". In F. Dubet (Ed.), *École, familles. Le malentendu* (pp. 45-58). Paris: Textuel.
- ZANTEN, A. H. (1988). "Les familles face à l'école. Rapports institutionnels et relations sociales". In P. Durning (Ed.), *Éducation familiale. Un panorama des recherches internationales* (pp. 185-207). Vigneux: Matrice

Creemos que existem já sinais que apontam para as enormes potencialidades das relações político-educativas entre pais e professores no sentido da democratização do governo das escolas e da sua autonomia, até pelo facto de a intervenção dos pais não se apresentar como administrativamente subordinada, podendo por isso amplificar e reforçar as vozes dos educadores/professores.

ISBN 972-41-2742-7 Nr. de Código 707265



9 789724 127422